



Orientações para a proposta orçamentaria do Estado de Santa Catarina

2025

Manual Técnico 1



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Cleverson Siewert

SECRETÁRIO ADJUNTO
Augusto Puhl Piazza

DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
Luciano de Sousa Rodrigues da Fonseca

GERÊNCIA DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO
Sandro Luiz Barbosa

Equipe:
Roberto Fialho
Rosi-Mari Ramos de Oliveira

GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Luciano de Sousa Rodrigues da Fonseca

GERÊNCIA DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPA
Cristina V. Rodrigues

ASSESSORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO
Rosane Felthaus
Roelton Maciel
Mariel Maffessoni Ramos

INFORMAÇÕES

Gerência de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento – GEORC
E-mail: georc@sef.sc.gov.br

Manual Técnico 01 – Orientações para a elaboração da Proposta Orçamentária do Estado de Santa Catarina. Versão 1. Florianópolis, Maio de 2024.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
OBJETIVOS	5
1. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6
1.1. Vedações.....	7
2. LEGISLAÇÃO BÁSICA SOBRE ORÇAMENTO	8
3. CONTROLE DO GASTO PÚBLICO.....	9
3.1. Dívida Pública	9
3.2. Dotação Orçamentária.....	9
3.3. Receitas Correntes x Despesas Correntes	9
3.4. Constituição Federal – Responsabilidade Fiscal.....	10
4. ORÇAMENTO PÚBLICO	14
4.1. Princípios Orçamentários	14
4.1.1. Unidade Ou Totalidade	14
4.1.2. Universalidade	14
4.1.3. Anualidade Ou Periodicidade.....	14
4.1.4. Exclusividade	14
4.1.5. Orçamento bruto	15
4.1.6. Não vinculação da receita de impostos.....	15
5. RESPONSABILIDADES.....	16
5.1. Do Órgão Central do Sistema de Planejamento Orçamentário	16
5.2. Dos Órgãos setoriais e seccionais	16
6. RECEITAS	17
6.1. Classificação por Natureza da Receita	17
6.1.1. Ementário das receitas orçamentárias	18
6.1.2. Nova codificação das receitas.....	18
6.2. Classificação por identificador de Resultado Primário	23
6.3. Desvinculação de Recursos de Receitas dos Estados e Municípios - DREM	23
6.4. Classificação por Esfera Orçamentária.....	24
6.5. Etapas da Receita Orçamentária.....	25
6.6. Projeção da Receita Orçamentária.....	26
6.6.1. Projeção da Receita Líquida Disponível (RLD)	26
6.6.2. Projeção da Receita Diretamente Arrecadada (RDA)	26
7. FONTES DE RECURSOS	28
7.1. Classificação por Fonte de Destinação/Recurso	28
7.2. Legislação Secretaria do Tesouro Nacional - STN.....	28

7.3.	Conceito Fonte Padrão STN	29
7.4.	Decreto de Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina	29
8.	DESPESAS	34
8.1.	Estrutura da programação orçamentária.....	34
8.2.	Classificação da despesa por Esfera Orçamentária	35
8.3.	Classificação Institucional.....	36
8.4.	Classificação Funcional	36
8.5.	Classificação Programática	37
8.5.1.	Programa	37
8.5.2.	Ações e Subações Orçamentárias	37
8.6.	Categoria Econômica da Despesa.....	38
8.7.	Grupo de Natureza da Despesa.....	38
8.8.	Modalidade de aplicação e elemento de despesa.....	39
8.8.1.	Modalidade de Aplicação	40
8.8.2.	Elemento de Despesa.....	40
8.9.	Fases da Despesa	41
9.	DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS	42

APRESENTAÇÃO

À Gerência de Elaboração do Orçamento – GEORC da Diretoria de Planejamento Orçamentário - DIOR, da Secretaria de Estado da Fazenda, compete programar, organizar, coordenar, executar e controlar, em âmbito estadual, as atividades relativas à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA.

Cabe a esta Gerência a apresentação das “Orientações para a Elaboração da Proposta Orçamentária do Estado de Santa Catarina para o exercício de 2025”, contendo as informações básicas e as instruções para a elaboração da proposta orçamentária do Estado.

Ressalta-se que o cumprimento dos prazos é fundamental para que a entrega do PLOA à Assembleia Legislativa possa ser cumprida no prazo regulamentar, conforme determina a Constituição Estadual.

OBJETIVOS

O objetivo principal deste documento é servir como instrumento de apoio e de orientação aos responsáveis pela elaboração do orçamento das Unidades Orçamentárias, disseminando o conhecimento a todos os envolvidos, com o intuito de nivelá-lo.

Dentre outros objetivos relacionados à publicação do presente manual, temos:

- Ampliar a ação de articulação com os órgãos setoriais e seccionais integrantes do Sistema Administrativo de Planejamento e Orçamentário;
- Orientar sobre a previsão e alocação de recursos;
- Aprimorar o processo de elaboração e de execução orçamentário, aperfeiçoando o grau de gerenciamento interno e externo.

Ressalta-se que este documento não visa orientar as Unidades Orçamentárias quanto à técnica orçamentária, pois este conhecimento, além de constituir premissa para o regular desempenho da função dos agentes públicos ocupantes de cargos e funções responsáveis pelas rotinas de planejamento e execução orçamentária dos órgãos e entidades estaduais, deve ser obtido em outras fontes de informação, tais como: cursos de aperfeiçoamento e ciência das normas e procedimentos afetos ao processo orçamentário.

1. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O modelo orçamentário brasileiro é definido no art. 165 da Constituição Federal de 1988. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e a Lei Orçamentária Anual – LOA:

Constituição Federal de 1988

(...)

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias; e
- III - os orçamentos anuais.

O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública. No PPA são estabelecidas as metas físicas e financeiras das ações governamentais, traduzidas pelos programas orçamentários, para o período. O cadastramento dos programas e das subações é realizado no PPA para, posteriormente, serem incluídos na LOA.

Cabe à LDO, anualmente, acompanhar e registrar as metas fiscais, enunciar as políticas públicas e as respectivas prioridades para o exercício seguinte. A LDO tem a incumbência de servir como elo entre o PPA e a LOA.

No que tange à LOA, um dos seus principais objetivos é estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.



De acordo com a Constituição Federal, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Constituição Federal de 1988

(...)

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Dessa forma, o planejamento expresso no Plano Plurianual assume a forma de grande moldura legal e institucional para a ação estadual, bem como para a formulação dos planos regionais e setoriais.

O §1º do inciso XI do art. 167 da Constituição Federal é um argumento forte em relação à importância que os constituintes deram ao planejamento no Brasil, quando estabelece que “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”.

1.1. Vedações

Nesse mesmo sentido, o art. 167 da Constituição Federal determina que são vedados:

Constituição Federal de 1988

Art. 167. São vedados:

I - O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;



§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Sendo assim, o PPA transforma a estrutura do planejamento interno dos órgãos e entidades controladas pelo Estado em uma estrutura orçamentária e a LOA consigna dotações orçamentárias às ações planejadas para que possam ser executadas financeiramente (execução orçamentária e financeira) e fisicamente (entrega de bens e serviços).

A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categoria de programação diferente ou de um órgão para outro sem constar autorização legislativa é vedada pela Constituição Federal, com uma exceção:

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de **ciência, tecnologia e inovação**, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.

2.LEGISLAÇÃO BÁSICA SOBRE ORÇAMENTO

A gestão orçamentária - parte da gestão pública - deve obediência aos princípios administrativos, inculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, mormente ao Princípio da Legalidade. Este Princípio traz ínsito a obrigação de observância à Carta da República e às leis infraconstitucionais pelos gestores públicos para que os atos administrativos tenham validade.

Em relação às práticas orçamentárias (elaboração, execução e controle do orçamento) esses princípios e orientações estão definidos nas seguintes normas:

- Constituição Federal – CF artigos Art. 165 a Art. 169
- Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Constituição Estadual, promulgada em 05 de outubro de 1989 (arts.120 a 124);
- Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 10ª edição;
- <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>
- Lei do Plano Plurianual do Estado de Santa Catarina (2024 –2027);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025;
- Link das novas Fontes de Recurso conforme STN/SOF
<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/fonte-ou-destinacao-de-recursos>
- Decreto de Classificação da Despesa Pública 1.323/2012;
- Decreto de Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos 2.141/2022 (compilado);
- Demais normas de Direito Financeiro, fixadas por Atos do Governo Federal e Estadual.

3. CONTROLE DO GASTO PÚBLICO

3.1. Dívida Pública

Dívida Pública : Art. 29. da LRF

I - **dívida pública consolidada ou fundada**: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Constituição Federal Art. 164-A

Art. 164-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do caput do art. 163 desta Constituição.

Parágrafo único. A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

A lei de diretrizes orçamentárias (PLDO 2025), no capítulo VIII, antecipa que caso seja promulgada lei complementar pela União, o Poder executivo deve observar os critérios a serem adotados pelo Estado para dar sustentabilidade a dívida pública.

Para a elaboração da LOA 2025, as unidades orçamentárias devem observar as despesas previamente contratadas, revisar contratos, ajustar acordos, de modo a contribuir para a sustentabilidade da dívida pública. De acordo com a LRF, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, apurado ao final de cada quadrimestre, emite o resultado da Dívida Pública (Dívida Consolidada) estadual.

3.2. Dotação Orçamentária

Para a elaboração da LOA 2025 deve ser observada a programação orçamentária, pois conforme o Art. 165, § 10, da Constituição Federal "[A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias](#), adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade".

Deste modo, as dotações devem ser propostas com vistas a serem executadas. As subações com dotações orçamentárias que não foram executadas nos últimos exercícios, ou que não tem previsão de aprovação de projetos de obras, ou convênios que não tem previsão de serem efetivamente firmados, dentre outros, [não devem constar no PLOA de 2024](#).

3.3. Receitas Correntes x Despesas Correntes

Será analisado na LOA de 2025 as receitas correntes e as despesas correntes de cada unidade orçamentária, para verificação, por unidade e no total do orçamento, o limite imposto pela Constituição Federal em seu art. 167-A: relação entre [despesas correntes e receitas correntes de até 95%](#).

“Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação: ...”.

Assim, superado o limite estabelecido pela Constituição federal, a administração pública poderá aplicar mecanismos de ajuste fiscal para conter os gastos públicos relacionados as despesas correntes.

3.4. Constituição Federal – Responsabilidade Fiscal

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, traz em seus arts. 164-A e 165, § 2º e §§ 10, 11, I e II, 12, 14 e 16, a 169, os limites a serem observados quanto à responsabilidade fiscal na execução do orçamento anual, conforme segue:

Art. 164-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do *caput* do art. 163 desta Constituição.

Parágrafo único. A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 10. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 11. O disposto no § 10 deste artigo, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias:

I - subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;

II - não se aplica nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados;

§ 12. Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

§ 16. As leis de que trata este artigo devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição.

Art. 167-A. **Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento)**, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste

artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente.

§ 5º As disposições de que trata este artigo:

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifos nossos)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente

suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos.

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º.

4. ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento é um instrumento de planejamento governamental do qual constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas. É o documento em que o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa racionalmente o destino desses recursos. É, em síntese, o instrumento que permite a alocação dos recursos destinados a hospitais, à manutenção das estradas, à construção de escolas, ao pagamento de professores, dentre outras ações do planejamento governamental.

4.1. Princípios Orçamentários

Os princípios orçamentários visam estabelecer normas básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para todos os Poderes e para todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios, são estabelecidos e disciplinados tanto por matriz constitucional e infraconstitucional quanto pela doutrina.

4.1.1. Unidade Ou Totalidade

De acordo com este princípio, o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Este princípio é mencionado no *caput* do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/1964, e visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo: a LOA.

4.1.2. Universalidade

Segundo este princípio, a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Este princípio é mencionado no *caput* do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo §5º do art. 165 da CF.

4.1.3. Anualidade Ou Periodicidade

Conforme este princípio, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Este princípio é mencionado no *caput* do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/1964. Ainda, segundo o art. 34 dessa lei, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro).

4.1.4. Exclusividade

O princípio da exclusividade, previsto no §8º do art. 165 da CF, estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias - ARO, nos termos da lei.



4.1.5. Orçamento bruto

O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6º da Lei Federal nº 4.320/1964, preconiza o registro das receitas e das despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

4.1.6. Não vinculação da receita de impostos

Estabelecido pelo inciso IV do art. 167 da CF, este princípio veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria CF:

Constituição Federal de 1988

Art. 167. São vedados:

(...)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, §2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, §8º, bem como o disposto no §4º deste artigo;

(...)

§4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contra garantia.

5. RESPONSABILIDADES

Para que haja o pleno entendimento do processo de elaboração da proposta orçamentária para 2025, destacamos as responsabilidades de cada instância administrativa envolvida no planejamento orçamentário, conforme prescreve o inciso IX, do art. 36, alínea "b", inciso I, do art. 126 e §4º do art. 127 da Lei Complementar nº 741/2019:

5.1. Do Órgão Central do Sistema de Planejamento Orçamentário

São responsabilidades do órgão Central do Sistema de Planejamento Orçamentário:

- Programar, organizar, coordenar, executar, controlar, avaliar e normatizar as atividades pertinentes ao processo orçamentário estadual;
- Planejamento orçamentário;
- Normatização, a supervisão, a regulação, o controle e a fiscalização das atividades sob sua coordenação.

5.2. Dos Órgãos setoriais e seccionais

São responsabilidades dos órgãos setoriais e seccionais do orçamento do Estado de Santa Catarina, conforme preceituam os §§ 5º, 7º e 8º do artigo 127 da Lei Complementar nº 741/2019:

- Execução e operacionalização das competências delegadas pelos órgãos centrais e demais atividades afins previstas em lei e regulamentos;
- Subordinação hierárquica e administrativa ao órgão ou à entidade do qual fazem parte, bem como **vinculados tecnicamente ao órgão central do sistema**;
- Ficam submetidos à orientação normativa, ao controle técnico e à fiscalização específica do órgão central, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

6. RECEITAS

A seguir, serão discutidos os aspectos conceituais da receita pública, que deverão ser considerados pelas Unidades Orçamentárias do Estado na elaboração e na execução do orçamento.

O orçamento é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. A matéria pertinente à receita é disciplinada, em linhas gerais, pelos arts. 2º, 3º, 6º, 9º, 11, 35, 56 e 57 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Em sentido amplo, receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extra orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. Em sentido estrito, são públicas apenas as receitas orçamentárias.

Receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público.

É por meio das receitas orçamentárias que o governo viabiliza a execução das políticas públicas, haja vista que é a fonte de recursos utilizada em programas e ações, cuja finalidade precípua é atender as necessidades públicas e as demandas da sociedade.

Essas receitas pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro e, via de regra, por força do princípio da universalidade, estão previstas na LOA.

Nesse contexto, embora haja obrigatoriedade de a LOA registrar a previsão de arrecadação das receitas, a mera ausência formal desse registro não lhes retira o caráter orçamentário, haja vista que o art. 57 da Lei nº 4.320/1964 classifica como receita orçamentária toda receita arrecadada que represente ingresso financeiro orçamentário, inclusive a proveniente de operações de crédito.

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS

A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação, sendo facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas necessidades.

Sobre o assunto, as receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios: 1. Natureza de Receita; 2. Indicador de Resultado Primário; e 3. Esfera orçamentária, e 3 -Fonte/Destinação de Recursos (será tratado em capítulo específico).

6.1. Classificação por Natureza da Receita

A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. A codificação das Naturezas de Receita aplica lógica integralmente voltada para a gestão das receitas orçamentárias. Os códigos são estruturados de forma a



proporcionar extração de informações imediatas, sem a necessidade de qualquer procedimento paralelo para concatenar dados.

6.1.1. Ementário das receitas orçamentárias

O ementário da classificação por natureza da receita orçamentária visa subsidiar os entes da Federação no processo de planejamento e execução do orçamento, propiciando o adequado registro contábil das receitas orçamentárias. Nesta área, encontram-se todas as codificações da classificação por natureza da receita orçamentária, incluindo-se aquelas estabelecidas por meio da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e também as suas alterações através da Portaria Conjunta STN/SOF nº 650, de 24 de setembro de 2019 - aquela com atualização mantida pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) -, bem como os detalhamentos específicos para Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecidos por meio de Portaria da STN.

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/ementario-da-classificacao-por-natureza-de-receita-tabela-de-codigos/2023/26>

6.1.2. Nova codificação das receitas LOA 2025

Por meio da Portaria Conjunta nº 650, de 24 de setembro de 2019, foi promovida a alteração no código da natureza de receita, a ser utilizada por todos os entes da Federação de forma facultativa em 2022 e obrigatória a partir de 2023. Essa alteração reservou dois dígitos do código da natureza de receita, referente aos Desdobramentos da receita para a separação dos códigos da União daqueles códigos específicos para os demais entes federados. Com essa alteração, a classificação por Natureza de Receita Orçamentária que continua sendo composta por um código de oito dígitos numéricos, passou a ter a seguinte estrutura “**a.b.c.d.ee.f.g.xx**”, onde:

“a” corresponde à Categoria Econômica da receita;

- 1 – Receitas Correntes
- 2 – Receitas de Capital

“b” corresponde à Origem da receita;

- 1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 1.2 – Contribuições
- 1.3 - Receita Patrimonial
- 1.4 - Receita Agropecuária
- 1.5 – Receita Industrial
- 1.6 – Receitas de Serviços
- 1.7 – Transferências Correntes
- 1.9 – Outras receitas Correntes
- 2.1 - Operações de Crédito
- 2.2 – Alienação de Bens
- 2.3 – Amortização de Empréstimos
- 2.4 - Transferência de Capital
- 2.9 – Outras Receitas de Capital

“c” corresponde à Espécie da receita;

A espécie, nível de classificação vinculado à origem, permite qualificar com maior detalhe o fator gerador das receitas.

“d”, “ee” e “f” correspondem a desdobramentos

Identificam peculiaridades ou necessidades gerenciais de cada natureza de receita, sendo que os desdobramentos “ee”, correspondentes aos **5º e 6º dígitos** da codificação, separam os códigos da União daqueles específicos dos demais entes federados, de acordo com a seguinte estrutura lógica:

i. “00” até “49” identificam códigos reservados para a União, que poderão ser utilizados, no que couber, por Estados, Distrito Federal e Municípios;

ii. **“50” até “98” identificam códigos reservados para uso específico de Estados, Distrito Federal e Municípios; e**

iii. “99” será utilizado para registrar “outras receitas”, entendidas assim as receitas genéricas que não tenham código identificador específico, atendidas as normas contábeis aplicáveis; e V.

“g” identifica o Tipo de Receita

A estrutura da codificação cria possibilidade de associar, de forma imediata, a receita principal com aquelas dela originadas: Multas e Juros, Dívida Ativa, Multas e Juros da Dívida Ativa.

“xx” Especificação da receita

Cada Estado numera a receitas de acordo com a conveniência para registro das receitas analíticas são inseridas na previsão da receita, ou seja, é utilizada a codificação completa com 10 dígitos a.b.c.d.ee.f.g.xx.

Quando, por exemplo, o Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA é recolhido, aloca-se a receita pública correspondente na natureza de receita código “1112.51.0.1.01”, segundo o esquema a seguir:

	Descrição		Receita: 111.2.51.0.1.01
a	Categoria Econômica	1	Receita Corrente
b	Origem da Receita	1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
c	Espécie da Receita	1	Impostos
d	Desdobramentos da Receita	2	Impostos sobre o Patrimônio
e e	Desdobramentos da Receita	51	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
f	Desdobramentos da Receita	0	
g	Tipo de Receita	1	Principal
x x	Especificação do Estado	01	IPVA - Estadual

Receitas Correntes	Receitas de Capital
<ul style="list-style-type: none"> • 1.1 Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria • 1.2 Contribuições • 1.3 Receita Patrimonial • 1.4 Receita Agropecuária • 1.5 Receita Industrial • 1.6 Receita de Serviços • 1.7 Transferências Correntes • 1.9 Outras Receitas Correntes 	<ul style="list-style-type: none"> • 2.1 Operações de Crédito • 2.2 Alienação de Bens • 2.3 Amortização de Empréstimos • 2.4 Transferências de Capital • 2.9 Outras Receitas de Capital

A. CATEGORIA ECONÔMICA

Quanto à categoria econômica, os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964, classificam as receitas orçamentárias em Receitas Correntes (código 1) e Receitas de Capital (código 2), com a especificidade das Receitas Intraorçamentárias (códigos 7 e 8):

Código	Categoria Econômica
1	Receitas Correntes
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias
2	Receitas de Capital
8	Receitas de Capital Intraorçamentárias

I. Receitas Correntes

São ingressos financeiros destinados a financiar as despesas correntes (custeio da máquina pública, juros e encargos das dívidas e transferências legais). Também poderá ser destinada ao financiamento de despesas de capital (investimento e amortização da dívida pública).

Origem das Receitas Correntes

As receitas correntes se desdobram em determinadas origens, que são o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos:

1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – são provenientes do poder tributante do ente federativo, que o faz coercitivamente através da cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

2. Contribuições – são a proveniente das seguintes contribuições sociais (previdência social, saúde e assistência social), de intervenção no domínio econômico e

de interesse das categorias profissionais ou econômicas (órgãos representativos de categorias profissionais), como instrumentos de intervenção nas respectivas áreas.

3. Receita Patrimonial – é a proveniente da exploração econômica do patrimônio da instituição, tais como aluguéis, arrendamentos, dividendos, aplicações de disponibilidades em opções de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes, etc.

4. Receita Agropecuária - receita de atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido. Compreende as atividades de cultivo agrícola, de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental, de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais, além do cultivo de produtos agrícolas e de atividades pecuárias.

5. Receita Industrial – é a proveniente de atividades industriais: extração mineral, indústria de transformação, indústria editorial e gráfica, indústria de lixo, dentre outras, provenientes das atividades industriais definidas como tal pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6. Receita de Serviços – é a proveniente de atividades caracterizadas pelas prestações de serviços financeiros, transporte, saúde, comunicação, portuário, armazenagem, de inspeção e fiscalização, judiciário, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes a atividades da entidade e outros serviços.

7. Transferências Correntes – recursos recebidos de outros entes/entidades referentes a recursos pertencentes ao ente/entidade recebedora ou ao ente/entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes: transferências constitucionais e legais e convênios. Incluem-se nesse tipo de receita os recursos financeiros recebidos de pessoas jurídicas ou físicas, independentes de contraprestação direta em bens ou serviços e que serão aplicados no atendimento de despesas correntes: doações.

9. Outras Receitas Correntes – constituídas de outras receitas não enquadradas nas classificações anteriores: multas, juros de mora, indenizações, restituições, cobrança de dívida ativa, etc.

II. Receitas de Capital

São recursos provenientes de operações de créditos (constituição de dívidas), conversão de bens e direitos (empréstimos recebidos), destinados a atender obrigatoriamente despesas de capital.

Origem das Receitas de Capital

As receitas de capital, assim como as receitas correntes, desdobram-se nas seguintes origens:

1. Operações de crédito – provenientes de compromissos contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou o financiamento de obras e serviços, através da colocação de títulos públicos ou da contração de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas. Podem ser internas e externas.

2. Alienação de bens – é a proveniente de produto resultante da venda de componentes do ativo permanente: bens móveis e imóveis, ações, etc.

3. Amortização de empréstimos – é a proveniente dos ingressos das amortizações dos valores anteriormente concedidos, ou seja, de recebimento de empréstimos concedidos a outro ente.

4. Transferências de Capital – recursos financeiros de pessoas jurídicas ou físicas, independentes da contraprestação direta em bens ou serviços, e que serão aplicados no atendimento de despesas de capital: transferências constitucionais e legais, convênios, doações.

9. Outras Receitas de Capital – constituídas de outras receitas não enquadradas nas classificações anteriores.

B. ESPÉCIE

A espécie, nível de classificação vinculado à origem, permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. Por exemplo, dentro da origem “Contribuições”, identificam-se as espécies “Contribuições Sociais”, “Contribuições Econômicas” e “Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional”.

C. DESDOBRAMENTOS

A partir do exercício de 2022, facultativamente, e 2023, obrigatoriamente, as receitas exclusivas de estados, Distrito Federal e municípios, serão identificadas nos 5º e 6º dígitos da codificação com números de “50” até “98” (Ex: 1.1.1.2.51.0.0 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), respeitando a estrutura de quatro dígitos iniciais. Assim, o sétimo dígito será utilizado para atendimento das peculiaridades e necessidades gerenciais dos entes, ressaltando que sempre deverá haver portaria específica da STN para fins de estabelecimento de tais códigos.

D. TIPO

O tipo, correspondente ao último dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo:

- “0”, quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora;
- “1”, quando se tratar da arrecadação Principal da receita;
- “2”, quando se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita;
- “3”, quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita; e
- “4”, quando se tratar de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.
- “5”, quando se tratar das Multas da respectiva receita quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora, situação na qual não poderá ser efetuado registro de arrecadação no Tipo “2 – Multas e Juros de Mora”;
- “6”, quando se tratar dos Juros de Mora da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora, situação na qual não poderá ser efetuado registro de arrecadação no Tipo “2 – Multas e Juros de Mora”; Secretaria do Tesouro Nacional – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição MCASP/2024/26 Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- “7”, quando se tratar das Multas da Dívida Ativa da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa, situação na qual não poderá ser

efetuado registro de arrecadação no Tipo "4 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa";

- "8", quando se tratar dos Juros da Dívida Ativa da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa, situação na qual não poderá ser efetuado registro de arrecadação no Tipo "4 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa";
- "9", a ser especificado em momento futuro, mediante Portaria Conjunta, pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Tendo em vista que as receitas de multas e juros de mora constituem receitas correntes, a Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 16, de 11 de fevereiro de 2021, incluiu no Anexo I da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, o código de natureza de receita "1.9.4.0.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital" para o registro das receitas oriundas de multas e juros de mora do principal e da dívida ativa de receitas de capital, cujos desdobramentos serão combinados com os Tipos "2", "4", "5", "6", "7" e "8", sendo vedado nesta situação específica utilizar os tipos "1" e "3" para fins de registro. Para o registro de multas e juros de mora oriundos de receitas correntes, o ente deverá utilizar no Tipo o código referente a arrecadação a que se refere a receita, ou seja, dígitos: 2, 4, 5, 6, 7 e 8. Destaca-se que se o ente faz o registro separado das multas e dos juros, deverá utilizar o grupo 1.9.4.0.00.0.0, com os tipos 5 (multas) e 6 (juros).

6.2. Classificação por identificador de Resultado Primário

Esta classificação orçamentária da receita não tem caráter obrigatório para todos os entes e foi instituída para a União com o objetivo de identificar quais são as receitas e as despesas que compõem o resultado primário do Governo Federal, que é representado pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias.

Esta classificação divide as receitas públicas em: a) primárias (atributo P), quando seus valores são incluídos no cálculo do resultado primário; e b) financeiras (atributo F), quando não são incluídas no citado cálculo.

As receitas primárias referem-se, em sua maior parte, às receitas correntes que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

As receitas financeiras são geralmente adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das aplicações financeiras da União, entre outras, e, a rigor, não alteram o endividamento líquido do Governo, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. A exceção a essa regra é a receita advinda dos juros de operações financeiras, que, apesar de contribuírem com a redução do endividamento líquido, também se caracterizam como receita financeira.

6.3. Desvinculação de Recursos de Receitas dos Estados e Municípios - DREM

Tendo em vista a elevada quantidade de leis que estipulam vinculações de receitas, restam poucos recursos livres disponíveis para o governo federal financiar políticas públicas discricionárias. Nesse contexto, estabeleceu-se, por meio da EC nº 93/2016, a desvinculação de determinados recursos, os quais, então, tornam-se passíveis de serem aplicados livremente, sendo agregados sob o código de Fonte de Recursos "00 – Recursos Ordinários".

O art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal de 1988 – CF/88 estabelece a desvinculação de 30% dos recursos arrecadados a título de taxas, contribuições econômicas e contribuições sociais (exceto as contribuições sociais do empregador e a do trabalhador para os Regimes de Previdência Social Geral e Próprio do Servidor Público, bem como a contribuição social do salário educação). Segue o dispositivo constitucional:

ADCT, Constituição Federal de 1988

Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal

III - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Ressaltamos que a Desvinculação de Recursos de Receita, conforme o art. 76-A dos ADCT, tem vigência até 31 de dezembro de 2032.

6.4. Classificação por Esfera Orçamentária

A classificação por esfera orçamentária tem por finalidade identificar se a receita pertence ao Orçamento Fiscal, da Seguridade Social ou de Investimento das Empresas Estatais, conforme distingue o § 5º do art. 165 da CF.

Sobre o tema, destacamos os seguintes pontos:

Receitas do Orçamento Fiscal: Referem-se às receitas arrecadadas pelos Poderes da União, seus órgãos, entidades, fundos e fundações, inclusive pelas empresas estatais dependentes (art. 2º, inciso III, da LRF), excluídas as receitas vinculadas à Seguridade Social e as receitas das Empresas Estatais não dependentes que compõe o Orçamento de Investimento.

Receitas do Orçamento da Seguridade Social: abrangem as Contribuições Sociais destinadas por lei à Seguridade Social e as receitas de todos os órgãos, entidades, fundos e fundações vinculados à Seguridade Social, ou seja, às áreas de Saúde, Previdência

Social e Assistência Social. No caso do Orçamento da Seguridade Social, a complementação dos recursos para financiar a totalidade das despesas de seguridade provém de transferências do Orçamento Fiscal.

Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais: referem-se aos recursos das empresas estatais não dependentes (não enquadradas no art. 2º, inciso III, da LRF) em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

6.5. Etapas da Receita Orçamentária

As etapas da receita seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando-se em consideração o modelo de orçamento existente no País. Dessa forma, a ordem sistemática inicia-se com a etapa de previsão e termina com a de recolhimento, conforme segue:



Previsão: implica planejar e estimar a arrecadação das receitas que constará na proposta orçamentária. Implica planejar e estimar a arrecadação das receitas que constará na LOA;

Lançamento: O art. 53 da Lei nº 4.320, de 1964, define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta;

Arrecadação: Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro Estadual pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente. Vale destacar que, segundo o art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas; e

Recolhimento: Consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Nacional, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina o art. 56 da Lei nº 4.320, de 1964, a seguir transcrito:

Lei Federal nº 4.320/1964

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.



6.6. Projeção da Receita Orçamentária

No que tange à previsão das receitas orçamentárias, o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 assim prescreve

Lei Complementar Federal nº 101/2000

Art. 12 As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo da sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Esta regra é aplicada para a projeção dos Resultados Nominal e Primário, incluídos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Por fim, para que haja compatibilidade entre as peças de planejamento, para 2025 as receitas governamentais terão o mesmo critério estabelecido quando da elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025.

6.6.1. Projeção da Receita Líquida Disponível (RLD)

A projeção da RLD, composta pelas fontes de recursos do Tesouro Estadual, é realizada pela Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, a qual, com base em estudos, planejará referida receita para a LOA de 2025. Para tanto, utilizará o Índice de Preço ao Consumidor Agregado – IPCA, a variação do Produto Interno Bruto – PIB, Média do Produto Interno Bruto de Santa Catarina dos últimos 4 anos, percentual de Esforço Fiscal (ações de combate à sonegação e fiscalização eficiente) e, se necessário, outro indicador que seja relevante para o cálculo da referida receita. A RLD é utilizada como base de cálculo para a distribuição dos recursos dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e UDESC. Além disso, serve como base para a distribuição das cotas orçamentárias.

6.6.2. Projeção da Receita Diretamente Arrecadada (RDA)

Entende-se como Receitas Diretamente Arrecadadas (RDA), aquelas oriundas do esforço da Unidade Orçamentária em obtê-las, tais como: taxas, serviços, transferências intragovernamentais e intergovernamentais, operações de crédito interna ou externa, dentre outras.

Mesmo que a responsabilidade pela projeção das RDAs seja das Unidades Orçamentárias, a Diretoria de Planejamento Orçamentário analisará as projeções efetuadas pelas Unidades, verificando os critérios utilizados e os resultados das projeções.

Para isto, é importante que a unidade defina a metodologia utilizada e apresente, detalhadamente, a memória de cálculo.



A Responsabilidade pela projeção das RDAs para a LOA 2025 é das Unidades Orçamentárias.

Após as projeções efetuadas e aprovadas pelo dirigente máximo da unidade, a Unidade Orçamentária deverá encaminhar à DIOR/SEF, no prazo estabelecido no "Cronograma de Elaboração da proposta orçamentária para 2025", os resultados das projeções, conforme relatório encaminhado pela DIOR, a metodologia utilizada e a memória de cálculo para cada tipo de receita.

A DIOR poderá sugerir ajustes nas projeções efetuadas pelas Unidades Orçamentárias, levando em consideração as recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas do Estado quanto à previsão de receitas, evitando, assim, inconsistências do planejamento orçamentário observado ao final de cada exercício.

A DIOR encaminhará a todas as unidades orçamentárias:

- I) A metodologia para a projeção das receitas diretamente arrecadadas;
- II) A série histórica das receitas diretamente arrecadadas; e

As Unidades Orçamentárias devem retornar à **memória de cálculo** com as respectivas projeções das Receitas Diretamente Arrecadas para constar no histórico de projeção.

7.FONTES DE RECURSOS

7.1. Classificação por Fonte de Destinação/Recurso

O registro da arrecadação dos recursos é efetuado por meio de códigos de natureza de receita, sendo que cada receita possui normas específicas de aplicação que determinam tanto “quem” deverá aplicar a receita e “qual” atividade estatal (qual despesa) deverá ser financiada por meio dessa receita.

Dessa forma, uma mesma atividade estatal pode ser financiada por recursos de diferentes receitas, tornando necessário agrupar e catalogar, sob o mesmo código comum, as diferentes origens de receita que porventura devam ser aplicadas da mesma forma, no financiamento da mesma atividade estatal.

Denomina-se “Fonte Destinação/Recursos” a cada agrupamento de receitas que possui as mesmas normas de aplicação.

A Fonte, nesse contexto, é instrumento de Gestão da Receita e da Despesa ao mesmo tempo, pois tem como objetivo assegurar que determinadas receitas sejam direcionadas para financiar atividades (despesas) do governo em conformidade com Leis que regem o tema, contribuindo para o atendimento do art. 8º, parágrafo único, e do art. 50, inciso I, da LRF:

Lei Federal nº 4.320/1964

Art. 8º

(...)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

(...)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

Enquanto a natureza de receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, a fonte/destinação de recursos possui a finalidade precípua de identificar o destino dos recursos arrecadados, podendo ser vinculado a uma finalidade específica ou não.

7.2. Legislação Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria do Orçamento Federal (SOF) emitiram a portaria conjunta STN/SOF nº 20/2021 com a definição do prazo para início da nova configuração das fontes ou destinações de recursos.

Portaria conjunta STN/SOF nº20 de fevereiro de 2021

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios observarão os prazos a seguir, para atendimento ao disposto nesta Portaria:

I - de forma **obrigatória a partir do exercício de 2023**, incluindo a elaboração, em 2022, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e do Projeto de Lei

Orçamentária Anual - PLOA, referentes ao exercício de 2023; e Portaria STN 710/202.

Portaria conjunta STN nº710 de fevereiro de 2021

Estabelece a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

7.3. Conceito Fonte Padrão STN

A classificação por fontes ou destinação de recursos foram divididas em numerações para a União e numerações para os Estados, Distrito Federal e os Municípios, além disso, foram criados BLOCOS de vinculações das fontes, ou seja, agrupamentos de acordo com as características.

- Bloco das Vinculações da União (Códigos de 000 à 499)
- Bloco das Vinculações dos Estados, DF e Municípios (códigos de 500 a 999)

A codificação da STN contém 4 dígitos [x . x x x]

1º Dígito	2º ao 4º Dígito
Informa o Exercício de arrecadação da fonte	informa a fonte de acordo com o Bloco de vinculação

Bloco das Vinculações dos Estados:

- BLOCO: Recursos Livres: **500 e 501**
- BLOCO: Recursos vinculados à Educação: **540 a 599**
- BLOCO: Recursos vinculados à Saúde: **600 a 659**
- BLOCO: Recursos vinculados à Assistência Social: **660 a 669**
- BLOCO: Demais vinculações decorrentes de transferências: **700 a 749**
- BLOCO: Demais vinculações Legais: **750 a 799**
- BLOCO: Recursos vinculados à Previdência Social: **800 a 803**
- BLOCO: Recursos extraorçamentários: **860 a 869**
- BLOCO: Outras vinculações: **880 a 899**

7.4. Decreto de Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina

Atualmente a classificação de fonte/destinação é regido pelo Decreto 2.141, de 31 de agosto de 2022, decreto 14, de 30 de janeiro de 2025 e decreto 114, de 24 de abril de 2023, decreto 259 de 25 de agosto de 2023 e decreto 386 de 8 de dezembro de 2023, com suas respectivas alterações.

De acordo com o que preceitua a legislação vigente a fonte ou destinação de recurso é composta de 10 dígitos, conforme segue:

DIGITO	DESCRIÇÃO
1º (X)	Identifica o Exercício Financeiro, a Contrapartida ou o Orçamento de Investimentos
2º ao 4º (YYY)	Identifica a codificação estabelecida pela Portaria STN nº 710/2021 e suas alterações
5º (Z)	Identifica os recursos como fontes do Tesouro, de outras fontes ou fontes extraorçamentárias
6º e 7º (EE)	Identifica a especificação das fontes de recursos
8º ao 10º (DDD)	Identifica o detalhamento da fonte de recurso

Segue abaixo tabela com o identificador do exercício, contrapartida e orçamento de investimento:

EXERCÍCIO, CONTRAPARTIDA OU ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	
DIGITO 1º (ID-ECI)	
1	Recursos do Exercício Corrente (EC)
2	Recursos de Exercícios Anteriores (EA)
6	Recursos do Orçamento de Investimento (OI)
7	Contrapartida do Exercício Corrente (Ct. EC)
8	Contrapartida de Exercícios Anteriores (Ct. EA)
9	Recursos Condicionados (C)

Segue grupo especificação das fontes/destinações de recursos padronizadas pela STN – 2º, 3º e 4º dígitos (YYY):

Recursos Livres (Não Vinculados)	500	Recursos não vinculados de Impostos
	501	Outros Recursos não vinculados
	502	Recursos não vinculados da compensação de impostos
Recursos Vinculados a Educação	540	Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
	541	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAF
	542	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT
	543	Transferências do FUNDEB – Complementação da União VAAR
	544	Recursos de Precatórios do FUNDEF

Recursos Vinculados a Saúde	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gov. Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
	601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de

		Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
	602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.

Recursos Vinculados a Assistência Social	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
	661	Transferência de Recursos do's Fundos Estaduais de Assistência Social

Demais Vinculações de Decorrentes Transferências	700	Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União
	701	Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados
	702	Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios

Demais Vinculações Legais	750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE
	751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP

Recursos Vinculados a Previdência Social	800	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)
	801	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)
	802	Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração
	803	Recursos vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)
Recursos Extraorçamentários	860	Recursos extraorçamentários vinculados a precatórios
	861	Recursos extraorçamentários vinculados a depósitos judiciais
	862	Recursos de Depósitos de terceiros
	869	Outros recursos extraorçamentários
Outras Vinculações	880	Recursos próprios dos consórcios
	898	Recursos a classificar
	899	Outros Recursos Vinculados

O 5º dígito irá identificar se o recurso é controlado pelo Tesouro ou pela própria unidade gestora, conforme segue:

RECURSOS FONTE TESOURO, RECURSO DE OUTRAS FONTES OU RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	
1	Recursos Fontes Tesouro
2	Recursos de Outras Fontes
9	Recursos Extraorçamentários

O 6º e 7º dígitos irá trazer a especificação das Fontes/Destinações de Recursos definidas pelo Estado de Santa Catarina, conforme segue:

ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES/DESTINAÇÕES DE RECURSOS	
00	Recursos da Receita Líquida Disponível (RLD)
01	Recursos Ordinários do Tesouro – Diversos
03	Recursos da Desvinculação de Receitas do Estado (DREM)
09	Superavit Financeiro – Recursos Convertidos – Recursos do Tesouro
11	Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão
12	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais
19	Outras Taxas Vinculadas
20	Transferência do Salário-Educação
21	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)
22	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos
23	Transferências de Recursos provenientes do Governo Federal para Manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS)
24	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
25	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)
28	Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos
29	Outras Transferências
31	Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
32	Transferências da União – Situação de Emergência e de Calamidade Pública
33	Transferências de Recursos provenientes do Governo Federal para Investimentos do Sistema Único de Saúde (SUS)
34	Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Poderes e Ministério Público
35	Acordos Administrativos, Ajustes e Convênios com Municípios
40	Recursos de Serviços
50	Recursos vinculados ao RPPS e ao SPSM
60	Recursos Patrimoniais
61	Recursos para a Promoção Social e Erradicação da Pobreza - FUNDO SOCIAL (Lei nº 18.334/2022)
64	Receitas Diversas para o Combate e Erradicação da Pobreza
65	Receitas Diversas – Outras Fontes – Manutenção Ensino Superior
66	Receitas Diversas – Receitas Agroindustrial – Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
69	Outros Recursos Diversos
...	...
99	Outras Receitas Não Primárias

Segue link do Decreto das Fontes ou Destinações de Recursos:
<https://www.sef.sc.gov.br/saiba-mais/lei-orcamentaria-anual-loa>



8. DESPESAS

A seguir, serão discutidos os aspectos conceituais e orçamentários da despesa pública.

8.1. Estrutura da programação orçamentária

A compreensão do orçamento exige o conhecimento de sua estrutura e de sua organização, implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado.

Esse sistema tem o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.

Na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras. Para uma melhor compreensão dessa classificação, trazemos um exemplo a seguir da Lei Orçamentária Anual de Santa Catarina:

ESTADO DE SANTA CATARINA

Consolidação dos Quadros Sínteses
Ano Base: 2021

Classificação Institucional

ÓRGÃO : 15000 Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 15001 Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

Em R\$ 1,00

DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO		Classificação Esfera		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
FUNCIONAL	PROGRAMA / AÇÃO / SUBAÇÃO	ESF	GRUPO DE DESPESA	MD	FR	VALOR
12.128	745 Fortalecendo Direitos Encargos com residência	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0.1.00	
745.0695	Residência Jurídica - DPE					
14.122	745 Fortalecendo Direitos Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0.1.00	
745.0002	Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - DPE					
745.0002.012512						
			4 Investimentos	90	0.1.00	

Classificação Programática

Classificação Funcional

Qualitativo	Quantitativo
-------------	--------------

Quadro Detalhado da Despesa – QDD

ESTADO DE SANTA CATARINA		Listar Quadro Detalhamento Despesa			
ANO Base: 2024					
ÓRGÃO 45000 Secretaria de Estado da Educação		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 45001 Secretaria de Estado da Educação (SED)		Em R\$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FR	DETALHADO	TOTAL
A 015790 Políticas educacionais para a rede estadual de ensino		44.90.51	1.500.100.000	1.000.000	1.000.000
12 368 0623.0230 Benefícios a entidades		33.90.39	1.500.100.000	1.000.000	15.000.000
A 011507 Apoio financeiro às associações de pais e professores da educação básica					15.000.000

Qualitativo

Quantitativo

Função
12 – Educação
Subfunção
368 – Educação Básica
Programa
623 – Gestão Democrática da Educação
Ação
230 – Benefícios a Entidades
Subação
11507 – Apoio Financeiro às Associações de pais e professores da Educação Básica

Natureza da Despesa
Categoria Econômica
3- Despesas Correntes
4- despesas de Capital
33 – Grupo de Natureza de Despesa
90 – Modalidade de Aplicação Direta
39 – Elemento de Despesa

FR – Fonte de Recurso
1.500.100 – Recursos não vinculados de Impostos - Receita Líquida Disponível - RLD - Fonte Tesouro - (EC)

8.2. Classificação da despesa por Esfera Orçamentária

Na LOA, a esfera tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao Orçamento Fiscal, da Seguridade Social ou de Investimento das Empresas Estatais, conforme disposto no §5º do art. 165 da CF:

- **Orçamento Fiscal:** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- **Orçamento da Seguridade Social:** abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e
- **Orçamento de Investimento:** orçamento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O §2º do art. 195 da CF estabelece que a proposta de Orçamento da Seguridade Social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde,

previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na LDO, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

A classificação por esfera orçamentária das subações orçamentárias é definida durante a elaboração do PPA, portanto, caso exista alguma inconsistência quanto a este atributo, é no plano que a correção deve ser realizada.

8.3. Classificação Institucional

A classificação institucional reflete as estruturas organizacional e administrativa (unidade orçamentária). As dotações orçamentárias, especificadas por categoria de programação em seu menor nível, são consignadas às UOs, que são as responsáveis pela realização das ações. A DIOR disponibiliza a classificação institucional do Estado de Santa Catarina em seu sítio eletrônico, podendo ser acessado em:

<https://www.sef.sc.gov.br/api-portal/Documento/ver/4416>

8.4. Classificação Funcional

A. FUNÇÃO

A classificação funcional é formada por funções e subfunções e busca responder basicamente à indagação "em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?". Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam. A função é compreendida como o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guardam relação com as respectivas secretarias.

A classificação funcional compreende 28 funções, constituídas pela divisão, em grandes linhas, das áreas de atuação do Governo.

Da mesma forma que a classificação quanto à esfera orçamentária, a classificação funcional é um dos **atributos da subação** definidos durante a elaboração do PPA. Portanto, qualquer correção que se julgue necessária deve ser implementada no plano. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação.

Função (2 Dígitos)	Subfunções (3 Dígitos)
12 – Educação	361 – Ensino Fundamental
	362 – Ensino Médio
	363 – Ensino Profissional
	364 – Ensino Superior
	365 – Educação Infantil
	366 – Educação de Jovens e Adultos
	367 – Educação Especial
	368 – Educação Básica (4)

B. SUBFUNÇÃO

A subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental. A subfunção representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

A classificação funcional compreende 109 subfunções, que podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas. Por exemplo, a área precípua de atuação da Secretaria de Saúde é a saúde; portanto, classifica-se na Função 10 – Saúde. Entretanto, se os servidores necessitarem de capacitação e a referida Secretaria possuir uma ação (projeto/atividade) com esse objetivo, esta ação será classificada na Função 10 – Educação e Subfunção 128 - Formação de Recursos Humanos.

De acordo com a Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, com alterações posteriores, é possível combinar as subfunções a funções diferentes daquelas a elas diretamente relacionadas, o que se denomina matricialidade.

Função	Subfunção (Origem de outra Função)
12 – Educação	128 – Formação de Recursos Humanos* *Função 04-Administração

8.5. Classificação Programática

A seguir, serão apresentados os aspectos conceituais gerais sobre a estrutura programática da despesa pública.

8.5.1. Programa

Toda ação do governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do PPA durante sua elaboração, ou seja, quatro anos.

A Lei do PPA 2024-2027 será elaborada como um instrumento estratégico, no qual será possível ver com clareza as principais diretrizes de governo e a relação destas com os objetivos a serem alcançados nos Programas Temáticos.

Com base nessas diretrizes, o PPA 2024-2027 contemplará os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- **Programa Temático:** aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade.
- **Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:** aquele que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

8.5.2. Ações e Subações Orçamentárias

Operação da qual resulta produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas

e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos.

As subações orçamentárias se dividem em três tipos: atividade, projeto e operações especiais, cujos conceitos são:



- **Atividade:** Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo;



- **Projeto:** Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; e

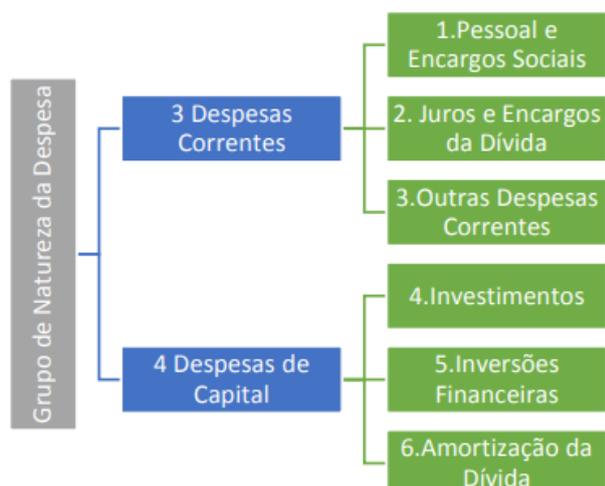


- **Operação especial:** Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Em Santa Catarina, a subação e seus atributos são definidos durante a elaboração do PPA. Lembrando que outros entes federados (União, Estados e Municípios) podem utilizar metodologia diferente.

8.6. Categoria Econômica da Despesa

Os atributos apresentados a partir da presente seção são definidos exclusivamente durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

A despesa, assim como a receita, é classificada em duas categorias econômicas:



Despesas Correntes: as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital; e

Despesas de Capital: as que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

8.7. Grupo de Natureza da Despesa

O GND é um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:



31. Pessoal e Encargos Sociais: Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000;



32. Juros e Encargos da Dívida: Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária;



33. Outras Despesas Correntes: Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa;



44. Investimentos: Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente;



45. Inversões Financeiras: Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo; e



46. Amortização da Dívida: Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

8.8. Modalidade de aplicação e elemento de despesa

A classificação da despesa completa é composta por 8 dígitos, mas, para fins de projeção das despesas, as análises serão realizadas até o nível de Grupo de Natureza de Despesa. A fixação da despesa será realizada até o nível de elemento de despesa, conforme tabela a seguir:

Codificação	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Descrição	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação		Elemento de Despesa		Desdobramento (Subelemento)	
Exemplo	3	1	90		11		00	
Significado	Despesa Corrente	Pessoal e Encargos Sociais	Aplicação Direta		Vencimentos e Vantagens Fixas		Desdobramento Facultativo	
Fase Orçamentária	Projeção da Despesa		Fixação da Despesa na LOA				Execução Orçamentária	

8.8.1. Modalidade de Aplicação

A modalidade de aplicação indica se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outros níveis de Governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

Exemplo de Modalidade de Aplicação = 90. Aplicações Diretas;

33.90.14 - Diárias – Civil	Código
Categoria Econômica	3
Grupo de Natureza de Despesa	3
Modalidade de Aplicação	90
Elemento de Despesa	14

8.8.2. Elemento de Despesa

O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a Administração Pública utiliza para a consecução de seus fins.

Os códigos dos elementos de despesa estão definidos no Decreto nº 1.323/2012 e alterações posteriores, que trata da classificação da despesa pública no Estado catarinense.

A DIOR disponibilizara no site da SEF de todas as unidades orçamentárias:

- Diretrizes para fixação das despesas; e
- Histórico da execução das despesas de 2020 a 2022 e 2023 por fonte de recurso e grupo de natureza da despesa.



Exemplo de Elemento de Despesa = 14. Diárias – Civil;

33.90.14 - Diárias – Civil	Código
Categoria Econômica	3
Grupo de Natureza de Despesa	3
Modalidade de Aplicação	90
Elemento de Despesa	14

8.9. Fases da Despesa

Assim como ocorre com a receita pública, a despesa também passa por fases até a sua perfeita completude.

Apesar de a Lei Federal nº 4.320/1964 estabelecer que a despesa passa pelas fases de empenho, liquidação e pagamento (arts. 60 e seguintes), que seriam afetas à execução da despesa, a doutrina reconhece a fase precedente de planejamento da despesa (previsão), que envolve a fixação na LOA, a descentralização dos créditos orçamentários para as unidades orçamentárias, a programação orçamentária e financeira e o processo de licitação. Abaixo, seguem as fases relacionadas à execução orçamentária da despesa:



- **Empenho:** o empenho representa o primeiro estágio da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra e amortização da dívida. Reserva parcela do orçamento para honrar o compromisso assumido;
- **Liquidação:** é o segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é, normalmente, processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra); e
- **Pagamento:** o pagamento da despesa refere-se ao terceiro estágio e será processada pela Unidade Gestora Executora no momento da emissão do documento Ordem Bancária (OB) e documentos relativos a retenções de tributos, quando for o caso.

9.DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas que surjam das Unidades Orçamentárias, a DIOR põe-se à disposição pelos seguintes canais de comunicação:

Equipe GEORC/DIOR:

Sandro Luiz Barbosa – (48) 3665-2692
Gerente de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento

Roberto Fialho – (48) 3665-2514

Rosi-Mari Ramos de Oliveira – (48) 3665-2588

Paulo Rodrigo Capre – (48) 3665-2785

E-mail: georc@sef.sc.gov.br